



WEBINAR

SEMANA DO SIMPLES NACIONAL





WEBINAR

SEMANA DO SIMPLES NACIONAL



Jefferson Dantas

Gestor de Recursos Humanos e
Especialista em Gestão Empresarial

Tema:

**Folha de pagamento
e o Simples Nacional**

Prof. Jefferson Dantas

Gestor de Recursos Humanos e Especialista em Gestão Empresarial

Professor do CRC RJ e de pós graduação do IPOG Brasil

Professor e Palestrante do Sescon RJ, Senac Rio e Fecomércio RJ

Instrutor da CEFIS

Consultor na área de Recursos Humanos e Departamento Pessoal

RH Institucional do Abrigo do Marinheiro

Conceito do Simples Nacional para a Folha de Pagamento

Folha de Pagamento - SIMPLES

O Simples Nacional é um regime tributário criado exclusivamente para MEIs (microempreendedores individuais), microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP).

Folha de Pagamento - SIMPLES

Criado e instituído pela Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, o principal objetivo do Simples Nacional é unificar o recolhimento mensal de impostos, **tornando esse processo menos burocrático e com custos menores.**

Folha de Pagamento e o Fator R

Folha de Pagamento – Fator R

As modificações dessa lei foram efetivadas por outra Lei Complementar, a de nº 155/2016, que tem como objetivo reorganizar e tornar mais simples a apuração dos impostos das empresas optantes do Simples Nacional.

Entre as mudanças mais significativas da nova lei complementar está a extinção do Anexo VI. Com isso, as atividades econômicas que se enquadravam nessa tabela passaram a fazer parte do Anexo V.

Folha de Pagamento – Fator R

Referente as atividades do anexo V, dependendo do valor da folha de pagamento, comparado com o seu faturamento anual, algumas atividades podem ser enquadradas no Anexo III e, dessa forma, pagar menos impostos.

Folha de Pagamento – Fator R

Anexos do Simples Nacional

Anexo I: comércios;

Anexo II: indústrias;

Anexo III: prestadores de serviço;

Anexo IV: prestadores de serviço;

Anexo V: prestadores de serviço.

Folha de Pagamento – Fator R

A extinção do Anexo VI criou necessidade do cálculo do Fator R.

O cálculo tem por objetivo, identificar atividades que pertenciam a essa tabela do Anexo VI se enquadrem em outra (no caso, ou na III ou na V).

Folha de Pagamento – Fator R

ANEXO 3 – Tabela Simples Nacional 2018 – Serviços

Faixa	Alíquota	Valor a Deduzir (em R\$)	Receita Bruta em 12 Meses (em R\$)
1a Faixa	6,00%	-	Até 180.000,00
2a Faixa	11,20%	9.360,00	De 180.000,01 a 360.000,00
3a Faixa	13,50%	17.640,00	De 360.000,01 a 720.000,00
4a Faixa	16,00%	35.640,00	De 720.000,01 a 1.800.000,00
5a Faixa	21,00%	125.640,00	De 1.800.000,01 a 3.600.000,00
6a Faixa	33,00%	648.000,00	De 3.600.000,01 a 4.800.000,00

Folha de Pagamento – Fator R

ANEXO 5 – Tabela Simples Nacional 2018 – Serviços

Faixa	Alíquota	Valor a Deduzir (em R\$)	Receita Bruta em 12 Meses (em R\$)
1a Faixa	15,50%	–	Até 180.000,00
2a Faixa	18,00%	4.500,00	De 180.000,01 a 360.000,00
3a Faixa	19,50%	9.900,00	De 360.000,01 a 720.000,00
4a Faixa	20,50%	17.100,00	De 720.000,01 a 1.800.000,00
5a Faixa	23,00%	62.100,00	De 1.800.000,01 a 3.600.000,00
6a Faixa	30,50%	540.000,00	De 3.600.000,01 a 4.800.000,00

Folha de Pagamento – Fator R

A base de cálculo do Fator R está descrita no §24 da lei complementar 123/2006:

§ 24. Para efeito de aplicação do § 5o-K, considera-se folha de salários, incluídos encargos, o montante pago, nos doze meses anteriores ao período de apuração, a título de remunerações a pessoas físicas decorrentes do trabalho, acrescido do montante efetivamente recolhido a título de contribuição patronal previdenciária e FGTS, incluídas as retiradas de pró-labore.

Folha de Pagamento – Fator R

A fórmula de cálculo do Fator R, com base nos valores referentes aos últimos 12 meses do mesmo período a ser apurado:

Fator R = massa salarial / receita bruta

Folha de Pagamento – Fator R

Para aplicar a fórmula do Fator R é preciso ter a soma de todos os custos referentes a pagamento de mão-de-obra remunerada à pessoa física nos últimos 12 meses a serem apurados.

Folha de Pagamento – Fator R

São considerados para a base de cálculo

salários;

13º salário;

retiradas de pró-labore;

INSS (Instituto Nacional do Seguro Social);

FGTS (Fundo de Garantia por Tempo de Serviço).

Folha de Pagamento – Fator R

Estão sujeitas ao Fator R do Simples Nacional

fisioterapia;

medicina, inclusive laboratorial;

enfermagem;

odontologia e prótese dentária;

psicologia, psicanálise, terapia ocupacional;

acupuntura;

E outras.

Folha de Pagamento e o Anexo IV

Folha de Pagamento – Anexo IV

Os serviços abrangidos pelo Anexo IV são os seguintes:

construção de imóveis e obras de engenharia em geral, inclusive sob a forma de subempreitada, execução de projetos e serviços de paisagismo, bem como decoração de interiores;

serviço de vigilância, limpeza ou conservação;

serviços advocatícios. (Incluído pela LC nº 147/2014; efeitos: 1º/01/2015).

@prof.jeffersondantas

Folha de Pagamento – Anexo IV

O Anexo IV da tabela do Simples Nacional é destinado às empresas de Serviços.

Desde 2018, as atividades de prestação de serviços seguintes são tributadas pelo Anexo IV, onde não está incluída no Simples Nacional a CPP (Contribuição Previdenciária Patronal), devendo ela ser recolhida segundo a legislação prevista para os demais contribuintes ou responsáveis (LC nº 123/06, art. 18, § 5º-C; Resolução CGSN nº 94/2011, art. 25-A, § 1º, IV).

Folha de Pagamento – Anexo IV

Na CPP devida pelas empresas do Simples Nacional não se inclui os valores relacionados a terceiros (SENAI, SESC, SEST, SENAT etc.), pois as empresas do Simples Nacional estão dispensadas do pagamento das demais contribuições instituídas pela União (art. 13, § 3º).

Folha de Pagamento – Anexo IV

As empresas optantes pelo Simples Nacional podem optar pela desoneração?

Sim, mas somente as empresas com atividade de construção civil, cuja tributação é realizada com base no Anexo IV da Lei Complementar nº 123/2006 (Art. 21 da IN nº 2.053).

Folha de Pagamento – Anexo IV

A partir de 1º de dezembro de 2015, as empresas de construção civil, optantes pela sistemática de tributação prevista na Lei n.º 12.546, de 2011, enquadradas nos grupos 412, 432, 433 e 439 da CNAE 2.0, podem optar pela contribuição previdenciária de 4,5% (quatro inteiros e cinco décimos por cento) incidente sobre a receita bruta.

Folha de Pagamento – Anexo IV

Desoneração da folha – Opção anual

O prazo para recolhimento da contribuição previdenciária referente ao período de janeiro de 2024, data em que a empresa fará ou não adesão a desoneração da folha de pagamento instituída pela Lei nº 12.546 de 2011.

Folha de Pagamento – Anexo IV

Como fazer a opção pela CPRB?

Se a empresa recolher o DARF da CPRB (2985 ou 2991), fará a opção pela desoneração da folha de pagamento. Assim, no período correspondente ao ano de 2022 a Contribuição Previdenciária será calculada sobre a Receita Bruta – CPRB.

Os valores devem ser informados na EFD-Reinf.

Folha de Pagamento – Anexo IV

Alíquota da CPRB

As alíquotas da Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta – CPRB estão vinculadas a atividade da empresa e varia entre 1%, e 4,5%, conforme o Anexo da Instrução Normativa nº 2.053/2021.

Folha de Pagamento – Anexo IV

O recolhimento do DARF da desoneração da folha seguirá o prazo do artigo 30 da Lei nº 8.212/91 (artigo 9º, inciso III da Lei 12.546/2011).

O vencimento do DARF referente à Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta (CPRB) ocorre até o dia 20 do mês subsequente ao da competência, sendo que, caso este dia seja sábado, domingo ou feriado, o vencimento será antecipado para o dia útil anterior.

Folha de Pagamento – Anexo IV

Esta apuração estará juntamente com os valores previdenciários da folha de pagamento, a empresa pagará uma única guia com INSS dos funcionários e sócios e a CPRB, caso a empresa opte.

A manifestação pela desoneração da folha de pagamento será realizada no recolhimento da referência janeiro de cada ano, ou na primeira competência subsequente para a qual haja receita bruta apurada.

A opção é irretratável para todo ano!

@prof.jeffersondantas

Folha de Pagamento Simples Nacional e outros Regimes

Folha de Pagamento – Apuração

Empresa optante pelo Lucro Presumido: encargos trabalhistas

Impacto no Fluxo de Caixa	Salário Base	R\$ 2.000,00
Despesas mensais trabalhistas.	AUXÍLIO REFEIÇÃO	R\$ 100,00
	AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO	R\$ 100,00
	PLANO DE SAÚDE	R\$ 100,00
	OUTROS BENEFÍCIOS	R\$ 100,00
	FGTS SALÁRIO	R\$ 160,00
	INSS + SAT+ TERCEIROS	R\$ 560,00
	Total	R\$3.120,00

Folha de Pagamento – Apuração

A abertura de empresas enquadradas no Lucro Presumido, além de obrigar o pagamento dos 8% do FGTS, também prevê pagamento 20% referente ao INSS, 1 a 3% referente ao RAT e 5,80% referente a terceiros, em média, os gastos tributários serão 27,80%.

Folha de Pagamento – Apuração

Empresa optante Simples Nacional: encargos trabalhistas

Impacto no Fluxo de Caixa	Salário Base	R\$ 2.000,00
	AUXÍLIO REFEIÇÃO	R\$ 100,00
	AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO	R\$ 100,00
	PLANO DE SAÚDE	R\$ 100,00
	OUTROS BENEFÍCIOS	R\$ 100,00
	FGTS SALÁRIO	R\$ 160,00
	Total	R\$ 2.560,00

CLT – Tratamento Diferenciado

CLT – Tratamento Diferenciado

CLT Art. 47. O empregador que mantiver empregado não registrado nos termos do art. 41 desta Consolidação ficará sujeito a multa no valor de R\$ 3.000,00 (três mil reais) por empregado não registrado, acrescido de igual valor em cada reincidência. (Redação dada pela Lei nº 13.467, de 2017) (Vigência)

CLT – Tratamento Diferenciado

CLT Art. 47. § 1º Especificamente quanto à infração a que se refere o caput deste artigo, **o valor final da multa aplicada será de R\$ 800,00 (oitocentos reais) por empregado não registrado, quando se tratar de microempresa ou empresa de pequeno porte.** (Incluído pela Lei nº 13.467, de 2017)

Lei de Cotas – Tratamento Diferenciado

Cotas – Tratamento Diferenciado

MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE - DISPENSA

As ME e as EPP, inclusive as optantes pelo Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições Devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - Simples Nacional, estão dispensadas da contratação de menores aprendizes. Art. 3º, I, da Instrução Normativa SIT nº 75/2009

Cotas – Tratamento Diferenciado

Caso as microempresas e as empresas de pequeno porte optem pela contratação de aprendizes, deverão observar o limite máximo de 15% estabelecido no artigo 429 da CLT

Informação Estratégica – Simples Nacional

Informação Estratégica - SN

Situações

Número de empregados:	6	Salário contribuição empregados:	9.020,00	Base IRRF Mensal:	14.397,28
Numero de estagiários:	0	Salário contribuição contribuintes:	7.507,49	Valor IRRF Mensal:	952,50
Trabalhando:	6	Excedente:	0,00	Base IRRF Férias:	0,00
Afastado direitos integrais:	0	Base total:	16.527,49	Valor IRRF Férias:	0,00
Afastado acidente de trabalho:	0	Segurados:	1.518,82	Base IRRF Partic. Lucros:	0,00
Afastado serviço militar:	0	Empresa:	0,00	Valor IRRF Partic. Lucros:	0,00
Salário maternidade:	0	RAT:	0,00	Base IRRF Exterior:	0,00
Salário maternidade INSS:	0	Contribuintes:	0,00	Valor IRRF Exterior:	0,00
Doença:	0	Terceiros:	0,00	Base IRRF 13º Salário:	0,00
Doença Profissional:	0	Total INSS:	1.518,82	Valor IRRF 13º Salário:	0,00
Licença sem vencimento:	0	Base INSS Receita Bruta:	0,00	Valor Total do IRRF:	952,50
Demitido:	0	(-) Compensação DCOMP:	0,00	IRRF Aluguéis:	0,00
Transferido:	0	(-) Salário Família:	0,00	IRRF contribuintes:	0,00
Férias:	0	(-) Salário Maternidade:	0,00	Base do FGTS:	9.020,00
Mandato sindical:	0	(-) Retenções:	0,00	Valor do FGTS:	721,60
Aposentadoria:	0	Valores pagos a Cooperativas:	0,00	Base do FGTS Aprendiz:	0,00
Partic. curso/programa de qualificação:	0	Total:	1.518,82	Valor do FGTS Aprendiz:	0,00
Ausência justificada:	0			Base FGTS - GRRF:	0,00
Outros motivos de afastamento:	0			FGTS - GRRF:	0,00
Admissões:	0			Base FGTS mes ant. - GRRF:	0,00
Número de contribuintes:	1			FGTS mes ant. - GRRF:	0,00
				Base PIS:	0,00
				Valor PIS:	0,00
				Base ISS:	0,00
				Valor ISS:	0,00
				Líquido Geral:	14.056,17

Informação Estratégica - SN

CUSTO TOTAL DO FUNCIONÁRIO

Salário: R\$ 1320,00

1/12 Férias: R\$ 110,00

1/3 de Férias: 36,67

1/12 13º Salário: R\$ 110,00

FGTS mensal: R\$ 96,00

FGTS do Mês e 13º Salário: R\$ 23,17

Multa 50% FGTS R\$ 87,33

INSS s/ Salário R\$ 0,00

INSS s/ Férias e 13º Salário R\$ 0,00

Vale Transporte: 150,90

Alimentação: 500,00

Total: R\$ 2434,07

QUANTO O FUNCIONÁRIO RECEBE

(+) Salário: R\$ 1320,00

(-) INSS: R\$ 99,00

(-) Vale Transporte: R\$ 79,20

(+) Alimentação: 500,00

Líquido: R\$ 1641,80

eSocial – Tratamento Diferenciado

eSocial – Tratamento Diferenciado

As ME/EPP possuem, por força de lei, tratamento diferenciado no eSocial. Isso significa ter acesso a um módulo simplificado específico, com automatizações, facilitadores, cálculos e outras ferramentas que auxiliarão o usuário a prestar suas informações, inclusive a elaboração de folhas de pagamento e emissão de guias. Ele funcionará nos mesmos moldes do módulo web simplificado para empregadores domésticos

eSocial – Tratamento Diferenciado



Título do Certificado

28.305.371/0001-09 - J2F SERVICOS E TREINAMENTO LTDA:28305371000109

v_s_1.1.0 2023_14.6.1

Selecione o seu perfil

Acessar o meu eSocial (Titular)



SELECIONE O MÓDULO



Simplificado



Geral



Segurança e Saúde no
Trabalho

eSocial – Tratamento Diferenciado



Módulo: Simplificado Pessoa Jurídica

Itular do Certificado
28.305.371/0001-09 - J2F SERVICOS E TREINAMENTO LTDA:28305371000109

Trocar Perfil/Módulo

Empregador/Contribuinte ▾

Empregado ▾

Folha de Pagamento ▾

Você está aqui: [🏠](#) > [Empregador](#) > [Retificar](#)

Empregador - Retificar

■ Informações do Empregador

CNPJ

28.305.371/0001-09

Classificação Tributária*

01 - Empresa enquadrada no regime de tributação Simples Naciona ▾

SST– Tratamento Diferenciado

SST – Tratamento Diferenciado

EMPRESAS DE CONTABILIDADE

- **Processo Admissional**
- **Recibos Férias e Rescisões**
- **Folha Mensal e 13º Salários**
- **eSocial e DCTF Web**
- **GFIP e DARF´s**

LEGISLAÇÃO TRAB. E PREVID.

CLINICAS DE SST

- **Atestados de Saúde Ocupacionais – ASO´s.**
- **Programa Gerenciador de Riscos**
- **Laudos de Insalubridade e Periculosidade**
- **Mapeamento dos Agentes Nocivos**

NORMAS REGULAMENT. DO MTE

SST – Tratamento Diferenciado



[Institucional](#) [Governança](#) [Conselhos](#) [Legislação](#) [Carta de Serviços](#) [Projetos e Programas](#) [Exames](#) [Quanto Somos](#) [Ouvidoria](#) [Imprensa](#) [Licitações](#) [Serviços online](#)

Obrigatoriedade dos eventos de Saúde e Segurança no Trabalho (SST) para as empresas do Grupo 1

[HOME](#) | [NOTÍCIAS](#) | [OBRIGATORIEDADE DOS EVENTOS DE SAÚDE E SEGURANÇA NO TRABALHO \(SST\) PARA AS EMPRESAS DO GRUPO 1](#)

Licitações – Geral

Contratações relacionadas à Co

Fonte: eSocial

Empresas com faturamento acima de R\$78 milhões passam a transmitir os eventos de SST para o eSocial. Informações serão utilizadas para substituir a CAT (Comunicação de Acidente de Trabalho) e o PPP (Perfil Profissiográfico Previdenciário).

Iniciou-se dia 13 de outubro de 2021 a obrigatoriedade dos eventos de Segurança e Saúde no Trabalho (SST) no eSocial para as empresas do Grupo 1, conforme estabelece a Portaria Conjunta SERFB/SEPRT/ME nº 71, de 29 de junho de 2021. Nesse grupo de eventos, enquadram-se o S-2210 - Comunicação de Acidente de Trabalho, S-2220 - Monitoramento da Saúde do Trabalhador e S-2240 - Condições Ambientais do Trabalho - Agentes Nocivos.

O evento S-2240 exige carga inicial com a descrição das informações na data de início de sua obrigatoriedade. Assim, para as empresas do Grupo 1, deve ser enviado um S-2240 para cada trabalhador com vínculo ativo, tendo como data de início da condição o dia 13 de outubro de 2021, conforme dispõe o Manual de Orientação do eSocial, no item 12 do evento S-2240, no qual a situação é exemplificada ao usuário.

Os eventos S-2210 e S-2220 não demandam carga inicial, registrando as informações que ocorrem a partir do início da obrigatoriedade dos eventos de SST no eSocial para a empresa. Assim, caso um trabalhador de uma empresa do Grupo 1 sofra um acidente no dia 13/10/2021, a CAT deverá ser emitida enviando um evento S-2210. Da mesma forma, caso haja um Atestado de Saúde Ocupacional (ASO) emitido a partir do dia 13 de outubro de 2021, será necessário enviar algumas informações desse documento por meio do evento S-2220.

@prof.jeffersondantas

SST – Tratamento Diferenciado

IN 128 – ART. 284

§ 3º A declaração de inexistência de exposição a riscos físicos, químicos e biológicos ou associação desses agentes no PPP poderá ser feita:

I - para a Microempresa - ME e a Empresa de Pequeno Porte - EPP, baseada na declaração eletrônica de ausência de riscos físicos, químicos e biológicos **prevista no item 1.8.4 da NR 1**, com redação dada pela Portaria SEPRT nº 6.730, de 9 de março de 2020;

SST – Tratamento Diferenciado

IN 128 – ART. 284

II - para o Micro Empreendedor Individual - MEI sempre que nas fichas com orientações sobre as medidas de prevenção a serem adotadas de acordo com a atividade econômica de desenvolvida, nos termos do item 1.8.2 da NR 1, com redação dada pela Redação dada pela Portaria SEPRT nº 6.730, de 9 de março de 2020, não existir a indicação de exposição a agentes físicos, químicos ou biológicos; e

SST – Tratamento Diferenciado

IN 128 – ART. 284

III - para todas as empresas quando no inventário de riscos do Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR) de que trata o item 1.5.7 da NR 1 do Ministério do Trabalho e Previdência for constatada a inexistência de riscos físicos, químicos e biológicos previstos no anexo IV do Regulamento da Previdência Social.

SST – Tratamento Diferenciado

DIR

A Declaração de Inexistência de Riscos (DIR), é um documento de modo eletrônico que pode ser emitido por empresas que se enquadram nos parâmetros informados pelo governo e **dispostos na NR 01, quando não for identificada a exposição por parte dos empregados, aos agentes químicos, físicos ou biológicos.**

SST – Tratamento Diferenciado

Evento S2240 – Condições Ambientais do Trabalho

Código	Descrição	Data de Início de Validade	Data de Fim de Validade
1	Não ensejador de aposentadoria especial	01/01/2014	
2	Ensejador de aposentadoria especial - FAE15_12% (15 anos de contribuição e alíquota de 12%)	01/01/2014	
3	Ensejador de aposentadoria especial - FAE20_09% (20 anos de contribuição e alíquota de 9%)	01/01/2014	
4	Ensejador de aposentadoria especial - FAE25_06% (25 anos de contribuição e alíquota de 6%)	01/01/2014	

“A vontade de se preparar tem que ser maior do que a vontade de vencer.

Vencer será consequência da boa preparação.”

Bernardinho

@prof.jeffersondantas